MITO, HISTÓRIA, MEMÓRIA E AÇÃO: BANDEIRANTISMO E USOS DO PASSADO NO PENSAMENTO DE ALFREDO ELLIS JR.

MYTH, HISTORY, MEMORY AND ACTION: BANDEIRANTISMO AND USES OF THE PAST IN THE THOUGHT OF ALFREDO ELLIS JR.

Diogo da Silva Roiz*

Resumo: O objetivo principal deste artigo é estudar a trajetória intelectual de Alfredo Ellis Jr, entre 1930 e 1937, inquirindo como apreendeu as discussões sobre a Revolução de 1930 e de 1932. Durante esse período esteve na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, como deputado estadual, foi ao combate na Revolução Constitucionalista, exerceu o ofício de professor de história e voltou para a Assembléia Constituinte de São Paulo.

Palavras-chave: Intelectuais paulistas; Bandeirantismo; Década de 1930; Alfredo Ellis Jr.

Abstract: The objective of this article is to study the intellectual history of Alfredo Ellis Jr., between 1930 and 1937, asking how he assimilated the discussions about the Revolution of 1930 the 1932. During this period, he was in the Legislature of the state of Sao Paulo, as state legislator, he went to fight in the Constitutional Revolution, held the craft of history's professor and returned to the Assembly in São Paulo.

Key-Words: Intellectuals from São Paulo; "Bandeirantism"; Decade of 1930; Alfredo Ellis Jr.

Introdução

O objetivo principal deste artigo é estudar a trajetória intelectual de Alfredo Ellis Jr, entre 1930 e 1937, inquirindo como apreendeu as discussões sobre a Revolução de 1930, de 1932 e durante o Estado Novo. Durante esse período esteve na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, como deputado estadual, foi ao combate na Revolução Constitucionalista, exerceu o ofício de professor de história e voltou para a Assembléia Constituinte de São Paulo, pelas eleições de 1934.

Entender o movimento do processo histórico na tensão permanente entre passado, presente e futuro, sempre esteve entre às pretensões dos his-

* Doutorando em História pela UFPR, bolsista do CNPq. Mestre em História pela UNESP. Professor da UEMS. E-mail: roizd@uems.br

toriadores, ao buscarem compreender a sua época. Nesse sentido, as trajetórias de Alfredo Ellis Jr. (1896-1974), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), são importantes por que expressaram diferentes formas de *pensar a História e praticar a sua escrita*, entre as décadas de 1920 e 1950. Mais diretamente, cada um deles ancorou suas interpretações sobre a história de São Paulo e do Brasil, ora dando destaque ao passado, ora ao presente, ora ao futuro, e estas estiveram alicerçadas sobre posturas intelectuais e ações políticas distintas entre cada um deles. O que quer dizer que na medida em que as sociedades e os indivíduos se interrogam sobre sua condição, abre-se a possibilidade para uma significativa alteração, quanto à maneira de se entender e de se interpretar o presente e, por extensão, também o passado e o futuro.

Em linhas gerais, o problema que nos ocupamos é refletir qual o tipo de regime de historicidade, tal como o definiu François Hartog (2003), norteou as interpretações da cultura historiográfica (DIEHL, 2002) do período, na medida em que a conversão de um tempo histórico no enredo de uma narrativa (RICOEUR, 1997, p.2007), também representaria a tomada de posição na arena política e no espaço público, conformando um tipo de postura intelectual específica entre cada um dos agentes sociais. De início, conjecturamos que ao apreenderem as dimensões e os desdobramentos da 'crise de 1929', que deu suporte ao início do governo provisório de Getúlio Vargas em 1930, e que este provocou a reação do estado de São Paulo em 1932, cada um deles se voltou para o passado, e propuseram maneiras de representar o passado, o presente e (até) o futuro, por meio de projetos que reconsideravam 'questões mitológicas', 'questões ideológicas' e 'questões utópicas'. Evidentemente, as condições de produção, que mediaram à elaboração dos textos, e o contexto que permeou a ação política e intelectual de cada um deles, definiriam reações peculiares, muito embora não fossem apenas esses acontecimentos que plasmariam tais ideias e reações, haja vista que estes já se detinham em parte desses problemas desde o início dos anos 1920.

Se de um lado, agrupa-se Sérgio Buarque de Holanda na geração de intérpretes do Brasil da década de 1930, ao lado de Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre, de outro, quase não se menciona o nome de Afonso de Taunay e de Alfredo Ellis Jr., mesmo se considerarmos que estes se aproximaram mais de Freyre, em suas interpretações do Brasil, do que de Buarque de Holanda. Por outro lado, o nome de Fernando de Azevedo é agrupado aos reformadores do ensino, que nos anos 1920 estiveram reunidos no movimento da Escola Nova. Neste aspecto, analisar os projetos e as ações intelectuais de Alfredo Ellis Jr., Fernando de Azevedo e Sérgio Buarque de Holanda é importante não apenas para demonstrar seus diálogos, seus posicionamentos políticos, teóricos e metodológicos, mas também de investigar de que maneira eles pensaram alternativas para o estado de São Paulo e para o Brasil, após a crise de 1929.

Deve-se destacar, entretanto, que não é recente a tentativa de se analisar o processo histórico identificando seu movimento entre o passado, o presente e o futuro, muito embora a maneira como autores e suas obras, em lugares e épocas específicas, detiveram-se sobre essas questões é, quase sempre, peculiar. De acordo com François Hartog (2003), embora a *história mestra da vida*, por ser também fornecedora de exemplos do passado para a orientação dos indivíduos no presente, constituísse um modelo de escrita da história fundamental para o Ocidente durante séculos, deve-se notar que houve muitas variações no modo sutil com que cada autor (grego ou romano), da Antiguidade Clássica e Tardia (e mesmo depois no período Medieval e Moderno), apropriou-se dele na sua apresentação dos dados e do tempo, por meio de uma narrativa. Esse modelo de escritura da história, para ele, entrará em crise apenas no século XVIII. Para que isso ocorresse foi necessário à formação de novas expectativas sobre o passado, o presente e o futuro, que se deram em função da crise do Antigo Regime e das consequências que plasmaram a Revolução Francesa.

Num caminho um pouco semelhante já havia argumentado Reinhart Koselleck (2006), para quem a mudança na compreensão da História (*enquanto processo contínuo*) teria sido fruto das críticas do Iluminismo, prolongadas na Revolução Francesa, contra a religião e a organização corporativa do Antigo Regime. Para ele, a história como fornecedora de exemplos sobre o passado, para que os sujeitos se orientassem no presente, teria perdido parte de sua eficácia, por causa das consequências de um acontecimento inédito, que foi a Revolução Francesa. Esta teria indicado que os acontecimentos que se dão num tempo histórico, não se repetiriam noutro momento, porque o processo histórico teria um movimento continuo em direção ao presente e ao futuro, apreendendo o 'conceito de coletivo singular', ao destacar que *acima das histórias* está a *História*. Neste aspecto, argumenta ainda Koselleck, que o surgimento, nesse ínterim, das filosofias seculares da história, teria feito com que esta adquirisse um caráter processual cujo fim é imprevisível, e isso favorecerá a inauguração de um novo futuro, por meio da reelaboração do passado no presente. Além disso, a Modernidade marcará o aparecimento de uma experiência conjunta de aceleração e de retardamento, com as revoluções e suas contra-ofensivas, ao longo do Oitocentos.

No entanto, não foram todos os autores deste período, marcado pelo Iluminismo, que apreenderam a História (apenas) *enquanto processo contínuo em direção ao futuro*. Como destaca Maria das Graças de Souza (2001), além das posturas serem diversas, em várias ocasiões também eram divergentes umas com as outras. Para ela, enquanto Rousseau se detinha na demarcação das razões que indicavam a decadência do gênero humano, em função do declínio das tradições e das relações com o passado, voltando-se exemplarmente sobre uma interpretação e um retorno das relações que os homens

tinham no passado; Condorcet descortinaria os momentos decisivos que plasmariam as épocas revolucionárias, com vistas a transformar o seu próprio presente histórico. E Voltaire, por sua vez, ao elencar os valores e as circunstâncias de que se apoiavam os grupos humanos para formarem suas civilizações, deter-se-ia sobre os motivos que desencadeariam os progressos, para planejar o futuro. Nesse sentido, ora se apoiavam no passado, ora no presente, ora no futuro, para interpretarem o processo histórico e apreenderem o seu movimento. Com isso, Rousseau vislumbraria a decadência daquela sociedade, em função das consequências do progresso técnico e material; Voltaire efetuaria o elogio do progresso, ao evidenciar os caminhos do futuro para a civilização européia; e Condorcet daria um prognóstico ao presente, com base nas escalas de desenvolvimento e de progresso que a civilização poderia alcançar em períodos revolucionários (como o da Revolução Francesa).

Foi justamente tendo em vista essas questões que procuramos problematizar as trajetórias de Alfredo Ellis Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Fernando de Azevedo. Visto que estes se moveriam em um contexto de amplas transformações sociais, políticas e econômicas, em que tipo de regime de historicidade se pautariam para interpretar a sua época? Na falta de uma melhor definição, argumentaremos que se concentraram, na década de 1930, entre: a) *um discurso mitológico* (com ênfase nas origens de um passado mítico, centrado na figura do bandeirante) que foi defendido tanto por Afonso D'Escragnolle Taunay (1876-1958), quanto por Alfredo Ellis Jr. (1896-1974), especialmente, quando ele se encontrava no Partido Republicano Paulista (o P. R. P.), como uma forma de se sair da crise, tendo em vista o passado grandioso e exemplar do povo do estado de São Paulo; b) *um discurso ideológico* (por estar centrado no presente e em projetos políticos de transformação econômica e social, por meio da educação), que foi defendido pelo grupo dirigente do jornal *O Estado de S. Paulo*, articulados politicamente no interior do Partido Democrático (o P. D.), representado por Júlio de Mesquita Filho (1892-1969), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Armando de Salles Oliveira (1887-1945) – que ao ser chamado por Getúlio Vargas, em 1933, como interventor do estado de São Paulo, viram nele a oportunidade ideal para porem em prática um projeto político, articulado a um projeto educacional (que colhia suas bases no movimento 'escola-novista' dos anos 1920), por presumirem que, uma vez perdida a hegemonia e a autonomia no campo político e econômico, o estado de São Paulo recuperaria seu lugar junto a Nação, não ao mitificar o seu *passado glorioso*, mas sim ao transformar as bases da cultura nacional, por meio de um projeto de implantação de universidades, escolas e salas de aula, e de novos profissionais para o ensino *no presente*; c) e *um discurso utópico* (com ênfase numa mudança gradual, mas profunda, da consciência histórica e da

postura dos indivíduos), primeiro defendido por alguns letrados vinculados ao movimento modernista em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e, depois, de modo mais sistemático por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), ao presumir que o grande problema, não do estado de São Paulo, mas sim da Nação, era justamente as suas amarras com as raízes ibéricas de um passado, que além de não engrandecer o país, tornava-o amplamente excludente com as massas anônimas, haja vista que os processos políticos se definiam com base em acordos entre as classes dirigentes, que tornavam suas vontades privadas as metas a serem almejadas no espaço público, vinculado ao Estado, e não em função de processos democráticos.

1.Problemas e desafios

Com base nessas questões, pretende-se discutir nesse texto de que maneira Alfredo Ellis Jr. (1896-1974) propôs que se escrevesse a história do bandeirante e das bandeiras paulista nos anos de 1920 e 1930. Em vista dos acontecimentos e das transformações drásticas e rápidas na economia e na política do país, este viu no passado uma estratégia para a valorização do presente, de modo a reforçar uma identidade, por meio da figura e da ação dos bandeirantes do passado e da reconstrução da memória coletiva do povo e do estado de São Paulo. Por certo, ao efetuar essa tarefa tinha em mente que conhecer "um facto não é apenas saber da sua realização mais ou menos minuciosamente [por que] se faz mister serem as suas causas bem esmerilhadas e esclarecidas, assim como as suas consequencias bem vislumbradas e prophetisadas" (ELLIS Jr., 1937, p. 7). Caso contrário, nada "disso aproveita ao estudioso do passado e ainda menos ainda ao estadista contemporaneo, que queira buscar na experiencia do passado elementos para a solução de problemas do presente" (Idem, p. 30).

Não sem razão, o estudo de Myriam Ellis[1] pretendia oferecer um painel sobre a vida e a obra de seu pai Alfredo Ellis Jr[2]. Mais sobre a obra;

[1] Fez os cursos de graduação e de pós-graduação, em nível de doutorado, na área de História na Universidade de São Paulo, sob a orientação do pai, ao qual veio a substituir interinamente a partir de 1952, na cadeira de História da Civilização Brasileira. Estudiosa do período colonial, contribuiu para o conhecimento da pesca de baleias na costa litorânea da América Portuguesa, quanto do abastecimento e da tributação do sal. Além disso, estudou, como o pai, a capitania de São Paulo.

[2] Para os objetivos deste trabalho, não há como abordar pormenorizadamente a trajetória de Alfredo Ellis Jr. Mas, de forma muito resumida, ele viveu entre 1896 e 1974, sendo o último dos dez filhos de Alfredo Ellis (1850-1925), médico, cafeicultor, deputado federal e senador durante a Primeira República. Cresceu na 'tradicional' fazenda cafeeira 'Santa Eudóxia' – que faliria em 1918, e seria vendida no início de 1919. Viveu sempre em São Paulo, com exceção de uma viagem feita durante a infância, e na companhia de seu pai, pela Europa. Estudou no estado e formou-se em direito pela Faculdade do Largo São Francisco (que nos anos de 1930 seria agrupada à Universidade de São Paulo, na qual este seria professor, a partir do final da-

e, em especial, aquela produzida no período de 1922 a 1937. Todavia, para ela, a obra só ganhava significado na medida em que se compreendia a vida de seu autor, suas escolhas e suas atitudes.

Nesse aspecto, procura problematizar de que maneira o contexto ofereceu um significado para a vida e a vida, por sua vez, forneceria um sentido para a obra. Com isso, além de circunstanciar como seu pai produziu um discurso sobre si, a partir de seus discursos parlamentares e de suas memórias, a autora também nos forneceria um para deixar à posteridade, e tirar do esquecimento, tanto a vida quanto a obra de Alfredo Ellis Jr. – e que o fez por cumprir "uma missão e um dever", desempenhando-os "com lealdade e devoção". Não por acaso, o livro, que foi organizado a partir de três conferências, guardaria os traços de um discurso oral, sem o recurso a notas, discussões historiográficas e a referências bibliografias; mais ainda, foram proferidas por uma descendente direta, guardiã da memória familiar.

Além do mais, por terem sido apresentadas na Academia Paulista de Letras, e não na Universidade de São Paulo, onde seu pai foi professor por quase quinze anos (assim como ela), sugere-nos certa insatisfação da autora sobre a maneira que a memória e a obra de seu pai foram preservadas naquela instituição – que passaria a valorizar mais as contribuições de Sérgio Buarque de Holanda, que ocuparia a cadeira, a partir de 1956. Também em função das consequências do Regime Militar (1964-1985), que se iniciou em 1964, e os tipos de perseguição que foram geradas na universidade, acarretando até aposentadorias compulsórias, inclusive a de Sérgio Buarque de Holanda (que a solicitou como um gesto de solidariedade aos amigos perseguidos pelo AI-5), os possíveis méritos da obra de Alfredo Ellis Jr. teriam sido ainda mais restringidos, por ele ter pertencido a um partido de direita, visto como conservador, como foi o Partido Republicano Paulista (PRP). Além disso, durante as comemorações dos 50 e dos 60 anos de fundação da universidade, entre 1984 e 1994, apenas seriam lembrados os professores

quela década), mas exerceu por pouco tempo o ofício da advocacia (em especial, após a venda da fazenda, em que havia passado sua infância). Dedicou-se mais ao ofício de professor de história, em escolas de São Paulo. Entre 1925 e 1930 foi deputado estadual por São Paulo, em duas legislaturas, a última das quais, interrompida pelo início do governo provisório de Getúlio Vargas. Foi em meio a essas circunstâncias que ele participou das revoltas de 1932 contra a federação, como voluntário da Liga de Defesa Paulistana, que defendia a liberdade e a volta da autonomia para o estado de São Paulo. Ferido fisicamente e abalado psicologicamente com a derrota da Liga no setor de Cunha, Ellis Jr. ainda enfrentaria forte perseguição política, após os desdobramentos daqueles eventos. Após a Revolução, e em meio à luta para não ser exilado, retorna ao magistério, lecionando no período diurno, no Liceu Pan-Americano e no Ginásio Paulistano, além de escrever vários livros didáticos. Em 1934 é eleito novamente para a Assembléia Legislativa de São Paulo, como deputado estadual pelo PRP, onde permanecerá até 1937, quando se dará o golpe do Estado Novo. Em 1938 é indicado como interino da cadeira de História da Civilização Brasileira, no lugar de seu antigo mestre Afonso de Taunay. Em 1939, torna-se catedrático e lá permanecerá até 1952, quando se afastará por motivos de saúde precária.

franceses, como fundadores da moderna pesquisa histórica nos anos 1930, e a contribuição de Sérgio Buarque de Holanda para a renovação da cadeira de História do Brasil, a partir dos anos 1950. Em todas essas circunstâncias, Ellis Jr. seria visto como conservador, desatualizado, positivista, retrógrado. Em razão disto é que talvez se explique porque a autora daria maior importância ao período de 1922 a 1937 para a formação do historiador e o planejamento de sua obra, e o de 1896 a 1937 como o momento de formação do cidadão, do político e militar, e do advogado que foi Ellis Jr., seguindo aos passos e as orientações do pai Alfredo Ellis. E o momento seguinte, de 1938 a 1974, quando estaria na universidade e publicaria a maior parte de sua obra, seria quase que silenciado pela autora, como período de menor importância para a trajetória do pai, quanto para a produção de sua obra[3].

Desse modo, buscava sintetizar os momentos decisivos da produção de sua obra, dividindo-a em três grandes períodos: a) de 1922 a 1930, na qual houve a publicação de seus primeiros textos, a formação do gosto pelos estudos históricos como autodidata, e a definição de temas como o bandeirantismo, as bandeiras e a história de São Paulo; b) um segundo, de 1930 a 1937, em que aproveitaria sua experiência política e militar para avaliar a conjuntura que se iniciaria com os acontecimentos de 1929, 1930 e 1932; c) e de 1938 a 1974, quando se firmaria como historiador e professor na cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde ficaria até 1952, quando se afastaria do magistério, em função da saúde comprometida[4]. Em sua exposição, a autora daria maior ênfase ao primeiro momento, analisando suas obras: *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (de 1924); *Raça de gigantes* (de 1926) e *Populações paulistas* (produzida nos anos de 1920, mas publicada apenas em 1934). A segunda conferência faria um esboço biográfico do autor, tendo em vista o papel do pai na formação de seu caráter, induzindo-o a fazer o curso de Direito e seguir a carreira política[5]; seu ingresso no grupo

[3] Apesar de ter sido publicada nos final dos anos de 1990, continua sendo o único esboço biográfico sobre o autor até aqui impresso, e também por esse motivo se justifique uma rediscussão da obra que, aliás, passou praticamente despercebida pela crítica quando foi publicada – mesmo considerando a tiragem baixa de 500 exemplares, e saindo por uma editora pouco conhecida, não se justificava uma recepção tão ínfima.

[4] Sua obra é composta pelos estudos: *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1924); *Raça de Gigantes* (1926); *Confederação ou separação* (1933); *A nossa guerra. Estudo de synthese critica político-militar* (1933); *Populações paulistas* (1934); *Pedras lascadas* (1935); *A evolução da economia paulista e suas causas* (1937); *Meio século de bandeirantismo* (1939); *Panoramas históricos* (1946); *O café e a paulistânia* (1951); *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do açúcar, o ciclo do muar* (1952). Pelas biografias de: Amador Bueno; Raposo Tavares; Diogo Antônio Feijó; o tenente-coronel Francisco da Cunha Bueno (seu avô) e do senador Alfredo Ellis (seu pai). E pelos romances: *A madrugada paulista, lendas de Piratininga* (1934); *O tigre ruivo* (1934); *Jaraguá, romance de penetração bandeirante* (1935); *Amador Bueno, rei de São Paulo* (s/d).

[5] Como indicou na 68ª Sessão Ordinária de 4 de julho de 1935: "Não sou rico, nem recebi

verde-amarelo do jornal *Correio Paulistano* em 1926, então órgão oficial do estado de São Paulo e do Partido Republicano Paulista; sua participação nos conflitos de 1932 e o impacto que geraram em sua obra; bem como seu percurso como professor na universidade. Assim como na primeira conferência, nesta segunda a autora abordaria com maior atenção o momento de 1896 a 1937, em função de ter sido aquele que teria dado um sentido a trajetória do autor, além de marcar um significado para sua obra, ao estudar a história de São Paulo, com vistas a restaurar seu passado 'glorioso' e sua autonomia perdida nos anos 1930. A terceira conferência retoma os conflitos de 1932 e buscava avaliar como foi construída a memória daqueles acontecimentos, com base nas memórias de seu pai e de outros participantes do conflito.

Nesse sentido, a obra tangencia entre o anedótico, quando a filha fala do pai com afeto e ternura, e o interpretativo, quanto ela, como historiadora, procura pensar a trajetória do pai e avaliar sua contribuição para a história do país. Esses dois momentos se complementam ao longo de todo texto. Seja quando expressa o amor do pai pelo estado de São Paulo, amor que foi passado de pai para filha; ou quando o descreve fisicamente, com os olhos vívidos, o semblante sereno, o bigode e a barba imponentes; ou mesmo quando resume sua trajetória profissional, como bom aluno no ginásio, e, depois, na Faculdade de Direito; advogado competente e político sério; professor democrático, de mentalidade aberta às mudanças e sem dogmatismos. Essas características físicas e profissionais são convertidas na análise da obra, como parte de suas qualidades, ao pensar o povo de São Paulo, ao avaliar os conflitos de 1932, e ao estudar o bandeirante e seu papel na formação do território nacional.

Assim, semelhante ao que fez Plutarco ao estudar a vida de homens ilustres da Grécia e de Roma, com o objetivo de comparar suas biografias e suas atitudes morais, Myriam Ellis procurou construir o perfil de seu pai de modo a ilustrar um 'grande homem', que viveu intensamente a sua época, identificando a importância da cafeicultura e da propriedade rural para o desenvolvimento do estado e do país, exercendo os ofícios de advogado, político, militar, historiador e professor, e fazendo uso dessas experiências para escrever a história de seu povo. Muito embora não seja uma hagiografia (que conta a vida de santos), há algumas de suas características, ao demarcar as atitudes do herói, seu pai, ao participar dos conflitos de 1932, derramar seu sangue por São Paulo, e a partir dessa experiência vir a fazer de sua obra um espaço para descrever a coragem dos combatentes, que como ele, enfrentaram o inimigo em desvantagem bélica e numérica, com vistas a tornar essa história um painel para que o povo de São Paulo não se esque-

patrimônio material de meus antepassados. [...] Mas recebi, em compensação, um patrimônio moral que me dá suficientes forças e têmpera para lutar com energia contra quaisquer tempestades". Publicada nos Annaes da Assemblćia Constituinte em 1935, v. II, p. 361.

cesse daqueles acontecimentos ilustres, e que indicavam como o estado de São Paulo foi traído pelo resto da Nação. E seria justamente essa conjuntura política e econômica que daria um sentido para suas *ações*, assim como um *significado* para sua obra.

Por essa razão, a autora tenta pensar o indivíduo em seu contexto, e a maneira pela qual este procurou agir e mudar sua época, por meio de sua ação política e militar e de sua obra de historiador. A vida íntima dá lugar à sua ação no espaço público, embora o anedótico não deixe de fazer parte da narrativa, ao compor o perfil e as qualidades do indivíduo em questão. Em sua narrativa, o vê como figura exemplar de sua época, por, ao mesmo tempo, incorporar as qualidades de seus antepassados, como um novo bandeirante de sua época, e não deixar de agir diante das intempéries de seu presente, como político, militar, advogado, historiador e professor. Assim, ele seria digno de ser lembrado pelo valor da obra de historiador que deixou, tanto quanto pela sua ação política e militar, em um momento decisivo para a história do estado de São Paulo. Não sem razão, ele teria sabido cumprir seu papel, ao defender o estado com as *armas do militar*, tanto quanto com a *pena do letrado*.

Ainda que faça uso de 'juízos de valor' para apreciar (sempre de maneira positiva) a trajetória do pai, não se deve perder de vista a tentativa de interpretação da obra; e que o fez com base nos textos publicados, nas memórias inéditas escritas pelo pai no início dos anos de 1970 (e endereçadas à filha), e dos discursos que pronunciou entre os anos de 1935 e 1937 na Assembléia Constituinte de São Paulo, como deputado estadual. Mas, mesmo nesse caso, a obra que começava a ser composta nos anos de 1920, só ganharia maior *sentido* e *significado* com a conjuntura de 1930.

Para perscrutarmos as questões lançadas por Myriam Ellis, assim como outras, é importante notar, de início, que os acontecimentos de 1929 (crise da bolsa de valores de Nova York e da economia cafeeira no Brasil), de 1930 (início do governo provisório de Getúlio Vargas e fim da Primeira República), e de 1932 (derrota dos combatentes paulistas, ao tentarem restaurar a hegemonia e a autonomia do estado de São Paulo perante a Nação, na Revolução Constitucionalista) causaram uma verdadeira crise de 'consciência histórica', tal como a define Jörn Rüsen (2001, p. 53-93), em parte significativa da intelectualidade paulista e brasileira, o que viria a provocar novos modos de compreensão do passado, do presente e do futuro, na interpretação do processo histórico daqueles agentes sociais. Em função dos caminhos então duvidosos para o Estado, alguns grupos de letrados (que em certas ocasiões se viam também como 'intelectuais'[6]) se organizaram

[6] O conceito de intelectual a ser utilizado nesta pesquisa se restringe ao produtor de "bens simbólicos" (participante ou não na arena dos debates políticos), envolvendo-se essencialmente com a interpretação da realidade social e sendo um elaborador e divulgador de "visões de mun-

com o objetivo de pensar 'novos' projetos de escritura da história, para rever o passado, o presente e até o futuro paulista e nacional, e contornar a situação, a que se encontravam imersos, diante daquela crise política, econômica e também cultural (FERREIRA, 2002).

Não sendo indiferente a tal situação, Alfredo Ellis Jr., então deputado estadual da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo (e futuro professor do curso de Geografia e História da Universidade de São Paulo, que seria fundada em 1934), também procurou elaborar um projeto de escrita da história para repensar o estado de São Paulo e o Brasil, e que havia iniciado na década anterior; mas, com a conjuntura do final dos anos de 1920 e início dos de 1930, este seria amplamente revisto. Na falta de uma melhor definição, como indicamos acima, argumentaremos que este projeto esteve calcado, nos anos 1930, *num discurso mitológico* (com ênfase nas origens de um passado mítico, centrado na figura do bandeirante) que foi defendido não apenas por Alfredo Ellis Jr., mas antes dele também por Afonso D'Escragnolle Taunay (1876-1958), dentre outros, como uma forma de se sair da crise, tendo em vista o passado *grandioso* e *exemplar* do povo do estado de São Paulo. Embora existam continuidades evidentes entre os projetos de escrita da história, que foram elaborados por esses autores (ARAUJO, 2006), não há como negar que também houve mudanças significativas entre eles.

Tendo em vista essas questões, o objetivo principal deste texto será tentar analisar de que maneira Alfredo Ellis Jr. deu os primeiros contornos desse novo projeto, entre 1932 e 1937, durante o momento em que participou dos conflitos de 1932, e publicaria, em seguida, as obras: *A nossa guerra* (de 1933) e *Confederação ou Separação* (também de 1933) – além de voltar a ser deputado estadual em São Paulo (1934-1937) –, nas quais (re)avaliaria as consequências daquela conjuntura, que se iniciava em 1929, para o estado de São Paulo, ao perder ao mesmo tempo poder político junto a federação e econômico mediante a drástica diminuição de suas receitas, decorrentes da fulminante desvalorização do café, proporcionada pela crise internacional de 1929, como também por mudanças nas leis federais implantadas durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Em vista disso, o seu principal objetivo era buscar a recuperação da autonomia do estado de São Paulo e a aprovação de nova Constituição para a Nação, que se efetivaria em 1934, mas, sem com isso, alcançar todas as suas metas. Para executar esses objetivos, o autor se veria as voltas com pelo menos dois questionamentos fundamentais, a saber: a) como deveria ser escrita a História (e, em particular, a de São Paulo)?; b) e, nesse aspecto, a história de São Paulo é a história do Brasil?

do" (GOMES, 1996, p. 38-9).

2.Como deve ser escrita a História?

Naquele momento, Ellis Jr. já era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), além de ser membro da Academia Paulista de Letras (APL). Vinha revisando sua produção histórica, tarefa que fazia desde os anos 1930, com relação a sua produção dos anos 1920, e que se intensificaria a partir de 1938, quando ingressou no curso de Geografia e História da FFCL/USP. Assim, ao lado de uma produção já significativa, onde se encontravam obras, como: *Ascendendo na história de São Paulo*, *Novas bandeiras e novos bandeirantes* e *Alguns paulistas do século XVI e VXII* (todos de 1922); *O bandeirantismo paulista e o recuo do meridiano* (de 1924); *Raça de gigantes* (de 1926); *Confederação ou separação* e *A Nossa Guerra* (ambas de 1932); *Populações paulistas* (de 1934); *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-ameríndio* (de 1935, edição revista de *Raça de gigantes*); *A economia paulista e as suas causas* (de 1936); *A evolução da economia paulista* (de 1937); que eram o resultado de uma reavaliação de suas concepções e interpretações do passado paulista, ainda tinha lugar os romances: *O thesouro de Cavendish* (em parceria com Menotti del Picchia) e *Pedras lascadas* (ambos de 1928); *Madrugadas paulistas: lendas de Piratininga* (1932); *Jaraguá* (1935); *O tigre ruivo* (1934) e *Amador Bueno Rei de São Paulo* (1935). Além disso, também havia se dedicado nos anos 1930 a produção de livros didáticos de *História* da 3ª a 5ª série, e de *Geografia*, da 1ª a 5ª série. E é tendo em vista essas questões que devemos perscrutar a sua escrita da história.

Em sua escrita da história, ele tentava mostrar que primava pela 'verdade', pela 'objetividade' e pela 'imparcialidade', com vistas à elaboração de um *discurso científico*. O essencial para alcançar essas metas na escrita de sua narrativa dos 'fatos' era demonstrar as 'causas' e as 'consequências' do desenrolar dos acontecimentos, investigando o 'meio' e prognosticando qual o tipo de 'raça' que este propiciou. Para ele, "a História é uma reconstituição de uma época do passado de um povo e, para êsse fim, o historiador tem que buscar elementos em todos os ramos do saber humano" (1946, p. 6), dado que é "certo que os acontecimentos históricos têm todos, mais ou menos, consequências" (Idem, p. 7).

Quanto aos *fatos*, acreditava que não são todos os que devem receber a atenção do historiador. Para ele, os mais importantes são aqueles que produzem grande número de *consequências*, devendo, por isso, ser mais 'esmerilhados' do que os *causadores* de menor efeito. Além disso, a História não poderia ficar presa à cronologia, mesmo sendo ela parte importante dos estudos históricos, e que se formaria da união de vários departamentos do saber humano, disciplinados pelo espírito crítico, mobilizados pelo raciocínio, o bom senso e a imaginação. E que seriam aspectos indispensáveis para o diagnóstico das *causas*, para interligação das *consequências* e a sincronização

das *repercussões*, que se encadeiam com os *fatos principais*. Em vista disso, *causas, consequências* e *repercussão*, eram o tripé que dariam subsídios seguros ao historiador. Segundo ele: "Só assim podem ser erguidas as reconstituições do passado com suas causas, bem diagnosticadas, e com suas consequências, bem interligadas, com suas repercussões bem sincronizadas e encadeadas com os fatos principais, que devem ser analisados" (1979, p. 41).

Para que os *fatos*, tanto quanto suas *causas* e *consequências*, fossem adequadamente investigados era necessário identificar "primeiro, o fator *homem*, [que] seria o concernente à raça do mesmo, ao complexo hereditário, à sua educação, à sua eficiência, à sua inteligência, à sua formação física ou fisiológica, à sua etnia, enfim, o conjunto de circunstâncias que definem o componente de um grupo humano qualquer" (1948, p. 11). Em seguida, devia-se identificar "o fator ambiente mesológico, o ecológico seria o concernente aos conjuntos que cercam o indivíduo, quer os de ordem geográfica, quer ainda os de ordem sociológica" (Idem). Por essa razão, conhecer "um facto não é apenas saber da sua realização mais ou menos minuciosamente", por que "se faz mister serem as suas causas bem esmerilhadas e esclarecidas, assim como as suas consequencias bem vislumbradas e prophetisadas" (1937; p. 7). Caso contrário, nada "disso aproveita ao estudioso do passado e ainda menos ainda ao estadista contemporaneo, que queira buscar na experiencia do passado elementos para a solução de problemas do presente" (Idem, p. 30).

Nesse sentido, a importância do pai, Alfredo Ellis, o encontro com Afonso de Taunay (1876-1958) no Colégio São Bento, quando este foi seu professor, marcando-o profundamente e desde então consolidando uma amizade por toda vida, e a leitura da obra de Oliveira Vianna (1883-1951)[7], iniciada depois que concluiu o curso de Direito, em meados dos anos de 1920, vendo-a de forma muito positiva até o final dos anos de 1930, constituem-se em parte significativa de suas inspirações para a carreira política, tanto quanto para o ofício de historiador e para as suas escolhas teóricas, ao explicar a formação da 'raça' paulista de 'gigantes'. De forma semelhante apareceria a obra de Fustel de Coulanges (1830-1889), ao contrário da de Leopold von Ranke (1795-1886), que seria muito pouco citada, em função da maneira com a qual o primeiro buscou analisar a cidade-estado Greco-

[7] Como indica Giselle Martins Venâncio (2006, p. 87-108), na extensa biblioteca de Oliveira Vianna, que chegou a agrupar 4.161 exemplares de 3.949 títulos distintos, onde se destacavam obras de Ciências Sociais (com 35 %) e Jurídicas (com 21% do total), também apareceriam 451 títulos em História do Brasil e Literatura de Viajantes, perfazendo 11,4% do total. Nessa categoria, se apresentariam obras de Max Fleiuss, Felisberto Freire, Afonso Celso, José Maria Bello, Alfredo Ellis Jr., Pedro Calmon, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Nesse grupo, haveria maior representatividade da obra de Alfredo Ellis Jr., com um total de 12 títulos, a maioria deles enviados pelo próprio autor. O que, para ela, corresponderia a uma ampla relação de trocas, correspondências e comentários recíprocos.

-romana, e concebia a escrita da história, o quê para Ellis Jr. foi fundamental ao buscar escrever a história de São Paulo, nos anos 1920 e 1930.

Ainda que em sua obra não aparecesse constantemente o exercício de uma história como *mestra da vida* e fornecedora de exemplos do passado para a orientação dos indivíduos no presente, esta também será, volta e meia, encontrada em alguns de seus textos, na medida em que procurou demonstrar a importância da história do bandeirante para a consolidação da lavoura cafeeira no século XIX, e que esse exemplo era vital para que os paulistas do século XX, além de conhecerem corretamente a sua história, vissem nela uma inspiração para que o povo e o estado de São Paulo conseguissem sair da crise política e econômica, que o estado se encontrava naqueles anos iniciais da década de 1930, e recuperasse sua autonomia diante da Nação.

Evidentemente, as regras do método aqui resumidas, e as quais o autor se inspirou na historiografia oitocentista alemã e francesa para compô-las[8], apareceriam com maior liberdade nos textos *A nossa guerra* (1933) e *Confederação ou separação* (1934). Em *A nossa guerra*, indica a importância de formular uma "syntese dos acontecimentos bellicos de 1932, com as suas causas e consequências politicas e sociaes", ao pretender "apenas fazer obra de historiador", e "desde já fazer claro os elementos para a historia", para que "os vindouros saibam, por que os diversos capítulos da guerra tiveram o desenvolvimento que todos sabem, e foram obrigados a seguir determinada orientação" (1933, p. 7 e 9). Para que isso fosse feito, "eu busquei, sempre

[8] Se o contexto no qual surgiu sua obra, ainda eram evidentes as discussões proliferadas pelo: 1 – *determinismo geográfico*: meio *versus* formação cultural, o meio definiria a cultura do indivíduo e do grupo, segundo Ratzel, geógrafo alemão fundador desta teoria; 2 – *determinismo social*: fatores sociais *versus* conduta humana, os fatores sociais determinariam a conduta humana, ex. o suicídio, conforme o indicou Émile Durkheim; 3 – *determinismo cultural*: cor *versus* progresso técnico e cultural, a cor da pele influência o desenvolvimento físico, neuronal e técnico de uma sociedade; 4 – *determinismo psicológico*: o meio exerceria o controle sobre a definição dos comportamentos individuais, de acordo com B.F. Skinner (1904-90); 5 – *evolucionismo*: raça *versus* cultura, "Assim como o embrião passa de formas primárias a formas complexas, as sociedades passam de formas primitivas a formas complexas e diferenciadas" (DORTIER, 2010; p. 196), como indicará Herbert Spencer; 6 – *(hiper)difusionismo*: "a existência de traços culturais similares em sociedades diferentes se explica por sua difusão a partir de um pequeno número de 'centros culturais'" (DORTIER, 2010; p. 139). Friedrich Ratzel (1844-1904), fundador na Alemanha, geógrafo, Leo Frobenius (1873-1938) inaugurador da idéia de 'círculos culturais'; no hiperdifusionismo, crê-se que o centro difusor seria o Egito antigo, como indicaria Grafton Smith (1871-1937). Não há como deixar de lado, de que modo cada um desses aspectos foram incorporados quando Ellis Jr. escreveu a história de São Paulo. Nela seria evidente a importância do 'meio' para a conformação da 'raça' dos paulistas, a partir do século XVI. Contudo, ela não se limitaria nem aos autores arrolados acima, nem tão pouco às teorias indicadas há pouco. Ao lado dessas questões, para ele, era fundamental o conhecimento do funcionamento da economia, pois, ela que era a base para toda a organização da sociedade. Saliente-se ainda as discussões sobre as regras do método histórico, que naquele momento encontravam-se em mutação (Cf. DOSSE, 1994, 2001), muito embora, ao que tudo indica, Ellis Jr. estava mais preocupado com a justificação científica de suas pesquisa, do que com a crítica aos seus procedimentos de análise do objeto.

percorrer o caminho mais estricto da verdade. Habituado, como sou, de longa data, a manusear os elementos reconstituidores do passado, essa tarefa não me foi penosa" (1933, p. 13).

Isso porque, é um discurso político engajado, aceito e aprovado pelo Partido Republicano Paulista, e instituído como tal, com todas as características de um 'panfleto político', ainda que, em linhas gerais, não seguindo a mesma tradição construída a partir do *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels entre o final de 1847 e o início de 1848 (BOSI, 2010). Por sua vez, é um chamamento das massas, das mulheres e dos trabalhadores para a ação engajada, em prol da soberania do estado de São Paulo. Visava fazer com que estes estivessem favoráveis a causa paulista que, segundo ele, era uma causa libertária contra a opressão do regime instaurado após 1930. Com isso, demonstra uma disputa ideológica (DUBY, 1994; EAGLETON, 1997; KONDER, 2002) entre o 'bem', que representaria os paulistas e aos quais estava diretamente ligado, e o 'mal', do regime implantado por Vargas. Todos os componentes de seu discurso, nesse sentido, caminhavam visando demonstrar a ação dos paulistas, e de sua luta, mesmo após a derrota de 1932, contra a opressão política e intelectual, que naquele momento estava vinculada ao regime Vargas. Não por acaso: 'luta', 'trágica', 'sangue paulista', 'batalhões', 'epopeia bandeirante', 'fatídicas traições', 'dignidade ofendida', 'honra popular', "S[ão] Paulo fez uma linda improvisação de guerra", contra o 'inimigo' comum, constituiriam as metáforas básicas do seu discurso, apresentado em forma de livro, no interior da arena política, com vistas a organizar as massas, ao deixar um relato à posteridade sobre a luta de São Paulo contra o regime Vargas[9]. Atente-se ainda que durante esse período o PRP se encontrava enfraquecido na arena política nacional, e em São Paulo disputava o poder junto com o Partido Democrático (PD), que procurava fazer certas alianças com o governo federal. É nessa conjuntura que devem ser vistas as críticas de Ellis Jr. aos partidos políticos do estado de São Paulo, e ao governo instituído em 1930.

3.A história de São Paulo é a história do Brasil?

Alfredo Ellis Jr. viveu em uma sociedade, na qual a grande maioria da população não sabia ler nem escrever, e, além disso, participava pouco do regime político; e, como tal, a via como uma propensa massa de manobra no 'jogo político', em que os partidos deviam conduzir as massas. Naquele momento, instituído pelo Partido Republicano Paulista (PRP) – do qual fazia parte havia anos – como seu representante político, amparado em sua experiência como advogado (conhecedor das leis) e como historiador (es-

[9] Para uma análise circunstanciada do período, ver: CAPELATO, 1981, 1989; FAUSTO, 1997; DE DECCA, 2004; GOMES, 1996, 2009.

tudioso do passado), o autor se colocaria como o porta voz do 'povo paulistano' (e 'paulista' também), para demonstrar as maselas cometidas pelo governo federal, após a instituição do governo provisório de Getúlio Vargas no final de 1930[10].

Foi em meio a essas circunstâncias que ele participou das revoltas de 1932 contra a federação, como voluntário da Liga de Defesa Paulistana, que defendia a liberdade e a volta da autonomia para o estado de São Paulo. Ferido fisicamente e abalado psicologicamente com a derrota da Liga no setor de Cunha, Ellis Jr. ainda enfrentaria forte perseguição política, após os desdobramentos daqueles eventos. Após a Revolução, e em meio à luta para não ser exilado, retorna ao magistério, lecionando no período diurno, no Liceu Pan-Americano e no Ginásio Paulistano, além de escrever vários livros didáticos de História e de Geografia. Com o fim da "Revolução Constitucionalista" de 1932, preocupou-se em expor seus pontos de vista sobre o "drama"[11]. Portanto, durante o período de 1930 até 1933, que daria ensejo a produção de duas obras sobre o assunto: *A nossa guerra* (1933) e *Confederação ou separação* (1934)[12], que assumiriam, não por acaso, caráter 'denunciativo' e 'panfletário' (ainda que claramente defendidas, pelo autor, como obras de história), avançando sobre os procedimentos de pesquisa, por ele praticados até então[13].

Tanto *Confederação ou separação* (1934), quanto *A Nossa Guerra* (1933) foram frutos diretos da ocupação militar de São Paulo em 1930, e da consequente "guerra cívica" de 1932, que condicionou a vida e a produção intelectual de Alfredo Ellis Jr. No primeiro, escrito em maio de 1932, discute o conceito de Federação e de Confederação, denunciando a "ingrata"

[10] Apesar das críticas contundentes que Ellis Jr. efetuaria ao regime Vargas, como indica Boris Fausto (2006), Vargas trouxe uma conduta mais ética para a presidência, lidando com maior transparência o orçamento do Estado, e contribuiu diretamente para a promoção da industrialização, para a aprovação de leis e criação de novos ministérios. Para ele, Vargas soube conduzir o país com austeridade, apesar do autoritarismo; "inaugurou no Brasil as presidências carismáticas"; fez de si a imagem de uma época, a era Vargas, e de seu estilo de governar uma marca, o populismo; fez o país entrar em novo patamar de desenvolvimento econômico, educacional e social; e foi figura central mesmo quando não esteve no poder, por propiciar a criação de partidos, pró e contra ele.

[11] Para maior detalhamento sobre sua obra e trajetória ver: ABUD, 1985; ELLIS, 1997; MONTEIRO, 2001; FERREIRA, 2002.

[12] Além desses dois textos, o autor se expressaria novamente sobre o tema em seu romance histórico *Jaraguá* (1936), publicado em 1936, ao se voltar para as glórias do passado do bandeirante paulista.

[13] Antes de escrever esses textos, o autor já havia publicado no ano de 1922, *Ascendendo na história de São Paulo*; *Novas bandeiras e novos bandeirantes* e *Alguns paulistas do século XVI e XVII*. O primeiro resultou de uma conferência proferida em 17 de junho de 1922, no Centro paulista no Rio de Janeiro; os dois últimos foram apresentados no Congresso Internacional de História da América realizado em 1922 no Rio de Janeiro. Em seguida foram publicados: *O bandeirantismo paulista e o recuo do meridiano* (1924); *Raça de gigantes* (1926); e *Pedras lascadas* (1928).

posição de São Paulo frente à Federação na década de 1930. O problema estava na excessiva centralização do sistema federativo e na política econômica e financeira que nivelava todos os estados brasileiros, com as alterações das leis de arrecadação e distribuição de impostos. Para o paulista Ellis Jr., não havia maior injustiça do que pôr em pé de igualdade a pujante São Paulo, com os demais estados brasileiros. Por isso, defendia o sistema de Confederação, um sistema político de extrema descentralização, onde os estados teriam maior autonomia interna, ligados por um pacto comum, por uma Constituição e um Governo central. Nada mais cômodo para São Paulo, como queria ele, dado o seu desenvolvimento frente a muitos estados, naquele momento. Amplamente engajado ao movimento 'confederacionista', com pesquisas em fontes oficiais, o livro destinou-se à propaganda desse movimento. Interessante notar a tensão do autor entre encarar o livro como uma alusão a causa confederacionista e tentar manter uma possível imparcialidade em seus argumentos (ELLIS Jr., 1934).

Em *A nossa guerra*, em contrapartida, sob um caráter de depoimento, ainda que com o amparo de documentos, reúne todas as suas impressões sobre o movimento de 1932, louvando os 'heróis' que lutaram em defesa de São Paulo, "São Paulo que apenas lutava pela sua autonomia arrebatada e pela constitucionalização de todo o País" (ELLIS Jr., 1933, p. 9).

Nesse sentido, ele escreve como historiador, obra de caráter 'panfletário', cuja função era denunciar as maselas orquestradas no país, e sobre São Paulo, após o ingresso de Getúlio Vargas ao poder. Também escreve como combatente que viu de perto os efeitos da guerra, e cuja narrativa pretende expressar a verdade sobre os fatos. Sua análise toma o partido dos cafeicultores, que como o pai, viveu os dilemas das políticas mal sucedidas sobre a defesa do café; e, que para ele, no governo Vargas foram ainda piores. Além disso, vê os acontecimentos também como ex-deputado estadual, vinculado ao Partido Republicano Paulista (o PRP), cuja defesa aos cafeicultores, à produção rural, e contra a política de implantação de um processo acelerado de industrialização no país, seriam evidentes.

Em função dos ritmos de mudança e de adaptação legal impostos pela federação aos estados, ele veria que só "a demagogia dos opposicionistas systhematicos, poderia ter indusido os outubristas em erro, a respeito do P. R. P.; erro em que teimam em persistir, como se ainda pudessem estar com os olhos vendados" (1933; p. 20). Por sua vez: "O Partido Democratico que deveria exercer, em sã politica, uma acção fiscalisadora e esclarecedora, passou a trabalhar em systhematica opposição" (Idem, p. 22), ao estado de São Paulo (ao qual dizia representar) e ao PRP. Por esse motivo, ele se expressa ainda como um observador, que com os instrumentos da pesquisa histórica, visaria deixar à posteridade um relato 'imparcial' e de cunho 'científico' para os que virão depois, de por quê São Paulo não teve êxito em 1932, e como

"o sr. Getulio Vargas [tratou], a S[ão] Paulo, como uma entidade vencida", pois, mesmo a "França, em 1870-1871, não teve por parte da Allemanha, tratamento mais rigoroso", e essa "teria sido a norma getulina de agir, a respeito de cousas paulistas" (Idem, p. 32). Com isso, o "povo paulista, sendo tratado por esta forma naturalmente comprehendeu logo que a revolução de 30 havia sido dirigida contra S[ão] Paulo" (Idem, p. 40-41). Sob esse aspecto, a história de São Paulo era distinta da história do Brasil – mas, como veremos, essa tensão não é tão simples.

Desse modo, Ellis Jr. se colocaria no papel de conhecedor dos fatos, participante direto do contexto e instituído como tal, para exercer essa função, como político (do PRP) e historiador (paulista). Seu público alvo foi o povo paulista e, em especial, os que virão no futuro próximo, e que não viveram aqueles acontecimentos 'fatídicos' para o estado. Por essa razão, de acordo com Pierre Bourdieu, ele se coloca como o "porta-voz dotado de poder pleno de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra de ordem [...] ele personifica uma pessoa fictícia, que ele arranca do estado de mero agregado de indivíduos separados, permitindo-lhe agir e falar, através dele, 'como um único homem'" (BOURDIEU, 1996, p. 83). Ao pretender dizer a verdade, e estabelecer as causas e as consequências dos acontecimentos que resultaram na 'derrota de 1932', ele recorre, ao que Bourdieu define como a "especificidade do discurso de autoridade [...] [que] reside no fato de que não basta que ele seja *compreendido* (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder o seu poder), é preciso que ele seja *reconhecido* enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio" (Idem, p. 91). Para alcançar tal objetivo, Ellis Jr. exalta as 'cenas' da guerra, nas quais o "sangue paulista, não foi regateado, para a compra da liberdade" e "batalhões partiam floridos, em alegria jamais vista", não apenas como historiador e político, mas, principalmente, como observador e participante da batalha.

E foi justamente amparando-se nesses instrumentos metodológicos, que Alfredo Ellis Jr. visava demonstrar a posição do estado de São Paulo, junto à nação, após 1930. Para isso, destacaria a importância do bandeirante e da cruzada civilizatória promovida pela lavoura do café, como fatores primordiais, ainda que em momentos distintos, e que tornariam o estado a 'locomotiva' do país. Mas, em função dos acontecimentos fatídicos de 1930, e após os de 1932, os sujeitos e os feitos 'grandiosos' da história de São Paulo estavam sendo esquecidas. Por esse motivo era fundamental se voltar para o passado e rever a escrita da história de São Paulo[14]. Neste ponto, o

[14]Nesse mesmo período muitas são as análises que são feitas para pensar não somente o estado de São Paulo, como também o Brasil, e que podem facilmente ser encontradas nos estudos de autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Roberto Simonsen, Fernando de Azevedo, Oliveira Vianna, dentre outros. Para uma análise detalhada da questão, ver: MORAES, BASTOS, 1993; BRESCIANI, 2005; BOTELHO, SCHWARCZ, 2009.

empenho de Alfredo Ellis Jr, talvez tenha sido até maior do que o de Afonso de Taunay, para realçar a importância do bandeirante na configuração histórica da identidade do povo paulista. Mas, como ele próprio indicou em vários momentos, foi Taunay seu grande mentor e inspirador deste tema.

No início da década de 1930, em função daquelas circunstâncias, argumentava que o problema do estado de São Paulo não estava só no presente, mas também nas leituras e nos usos que foram feitos do passado (ELLIS, 1997; FERREIRA, 2002). Não foi por acaso, que em seu mandato de deputado estadual pelo PRP, nos anos 1930, voltou-se para essa questão, e ao homenagear Afonso de Taunay e sua obra na Câmara dos Deputados, diante da Assembléia Legislativa, destacasse a importância de se conhecer o passado de São Paulo, com a cruzada dos bandeirantes e a expansão das bandeiras paulistas, por quase todo o território que formaria o Brasil, e que seriam fundamentais não apenas para dar ensejo a fundação de nossa nacionalidade, mas também na consolidação de nossa identidade, de nossa cultura, de nossos valores e de nossa política e economia. Assim, a história de São Paulo seria também a história do Brasil.

Também em sua obra *A nossa guerra*, que foi seu relato de historiador das circunstâncias que levaram os combatentes paulistas a perderem a 'guerra' de 1932 contra o governo provisório de Getúlio Vargas, dirá que foi justamente em função de sua 'grandiosidade' (no passado, e também no presente) que o estado de São Paulo seria 'traído' por seus antigos aliados (como Minas Gerais), e deixado a sua própria 'sorte' pelo resto da Federação. Com menos soldados, armas, munição, apoio político e econômico, a derrota acabou sendo inevitável. No entanto, para ele, a derrota política daquele momento, que se apresentou eminente mais em função dos acontecimentos de 1929, do que pelos de 1930 (que colocou aquele grupo político no poder), só teriam um efeito passageiro; desde que os paulistas não deixassem de lado as suas 'origens' no bandeirante dos séculos XVI e XVII, cuja ação se desdobraria, entre outras coisas, na lavoura cafeeira dos séculos XIX e XX, e que não apenas mostravam um povo pioneiro e desbravador, mas também preparado para as dificuldades (ELLIS Jr., 1937, 1979). Nesse sentido, voltar ao passado era uma forma de fortalecer as expectativas para o futuro, ao lhe ser dado um novo 'sentido' no 'presente' (HARTOG, 2003; KOSELLECK, 2006). Não por acaso, a história de São Paulo seria e não seria a história do Brasil.

Considerações Finais

Portanto, esse quadro nos indica os lugares e as formas de ação de Ellis Jr., entre 1932 e 1937, em que buscou 'restaurar' a posição de São Paulo junto à nação, rever a história paulista, para que sua população par-

ticipasse do processo de recuperação política e econômica, tanto quanto da autonomia do estado de São Paulo junto à Nação, e demonstrar que as atitudes de certos partidos, ainda que sob um discurso de progresso e de desenvolvimento, posicionavam-se contrariamente a esses objetivos. Enquanto Arno Mayer (1990) vislumbrou como houve certa persistência do Antigo Regime no século XIX e início do XX na Europa, configurando uma verdadeira força da tradição, Ellis Jr. procurou demonstrar que o passado, quando cotejado adequadamente, configuraria também uma força, na qual sua persistência no presente, além de ser vista como uma tradição, também favoreceria a restauração da autonomia política e econômica do estado de São Paulo, diante da nação brasileira. Isso por que, *a história de São Paulo era a história do Brasil*, em função das raízes profundas que foram fincadas pelo movimento das bandeiras paulistas e pela lavoura cafeeira, ao serem ampliadas e demarcadas às fronteiras e se proporcionar o desenvolvimento político e a modernização do país. Pelas características da conjuntura política e econômica dos anos de 1930, *a história de São Paulo também não era a história do Brasil*, por suas peculiaridades étnicas e raciais, pela especificidade de sua gente, com traços físicos e características emocionais distintas do resto do país, que fizeram com que o autor pensasse, no limite, na separação do estado da Nação, por este configurar um outro país. E, num movimento dialético, que foi se definindo a partir do final dos anos 1930, *a história de São Paulo era e não era a história do Brasil*, visto que se as raízes políticas, econômicas e sociais da Nação eram fruto do esforço paulista, a conformação étnica e cultural era uma peculiaridade de São Paulo, que o distinguia do resto da Nação.

Referências:

ABUD, K. **O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições.** A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, 1985.

ARAUJO, K. A. **Um metódico à brasileira***:* a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). Franca, 2006. Tese de doutorado em História, FHDSS, UNESP.

BOSI, A. **Ideologia e contraideologia***:* temas e variações. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas.** São Paulo: Edusp, 1996.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (org.) **Um enigma chamado Brasil:** 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRESCIANI, M. S. M. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil.** São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

CAPELATO, M. H. R. **Os arautos do liberalismo***:* imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, M. H. R. **O movimento de 1932***:* a causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DE DECCA, E. S. *1930:* o silêncio dos vencidos. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica**. Memória, identidade e representação. Bauru/SP: Edusc, 2002.

DORTIER, J-F. **Dicionário de Ciências Humanas**. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar (et. al.). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DOSSE, F. **A história em migalhas.** Dos Annales à Nova História. Tradução de Dulce A. Silva Ramos – 2ª reimpressão – São Paulo: Ensaio; Campinas: Edunicamp, 1994.

DOSSE, F. **A história à prova do tempo.** Da história em migalhas ao resgate do sentido. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Edunesp, 2001.

DUBY, G. **As três ordens, ou o imaginário do Feudalismo**. Tradução de Maria Helena Costa Dias. 2ª Edição. Lisboa/Portugal: Estampa, 1994.

EAGLETON, T**. Ideologia***:* uma introdução. São Paulo: Boitempo; UNESP, 1997.

ELLIS Jr., A. **Confederação ou separação**. 3ª Edição revista e aumentada. São Paulo: Editorial Paulista, 1934 (1ª Edição de 1932).

ELLIS Jr., A. **A nossa guerra.** Estudo de synthese critica político-militar. São Paulo: Editora Piratininga S. A., 1933 (1ª Edição de 1932).

ELLIS Jr., A. **A evolução da economia paulista e suas causas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

ELLIS Jr., A. **Panoramas históricos**. São Paulo: FFCL/USP, 1946 (Boletim LXXIII, n. 6, da cadeira de *História da Civilização Brasileira*).

ELLIS Jr., A. **Meio século de bandeirantismo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

ELLIS Jr., A. **Jaraguá (Romance de penetração bandeirante).** São Paulo: Empresa Editora J. Fagundes, 1936.

ELLIS Jr., A. **A economia paulista no século XVIII**. O ciclo do açúcar, o ciclo do muar. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979.

ELLIS, M. **Alfredo Ellis Júnior, 1896-1974.** São Paulo: Editora Bentivegna, 1997.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930:** história e historiografia. 16ª Edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, B. **Getúlio Vargas:** o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante**. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Edunesp, 2002.

GOMES, A. C. **História e historiadores**. A política cultural do estado novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, A. C. A República, a História e o IHGB. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora, 2009.

HARTOG, F. **Régimes d'historicité**. Présentisme et expériences du temps. Paris: Le Seuil, 2003.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSELLECK, R. **Futuro passado***:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MAYER, A. **A força da tradição:** a persistência do Antigo Regime (1848-1914). Tradução de Denise Bottmann. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MONTEIRO, J. **Tupis, tapuias e historiadores.** Estudos de história indígena e de indigenismo. Tese de Livre Docência, Unicamp, Campinas, 2001.

MORAES, J. Q.; BASTOS, E. R. (org.) **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1993.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François (et. al.). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa.** Campinas/São Paulo: Papirus, 1997, 3v.

RÜSEN, J. **Razão histórica**. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SOUZA, M. G. **Ilustração e História**. O pensamento sobre a história no Iluminismo Francês. SP: Discurso Editorial, 2001.

VENÂNCIO, G. M. **Da escrita impressa aos impressos da biblioteca:** uma análise da trajetória de leitura de Francisco José de Oliveira Vianna. In: DUTRA, E. F.; MOLLIER, J-Y. (org.) **Política, nação e edição:** o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 87-108.

Artigo recebido em 30/07/2011 e aceito para publicação em 13/06/2012